

Constituinte será como quer Sarney

Comissão destituiu Bierrembach e aprova parecer elaborado às pressas

LUIZ MARQUES



Com uma manobra esparta as lideranças do PMDB, PFL, PDS e PTB derrubaram ontem o relatório do deputado Flávio Bierrembach (PMDB-SP), sem nem mesmo colocá-lo em votação. Em seu lugar, conseguiram aprovar por 16 votos contra 3 o substitutivo de convocação da Constituinte elaborado às pressas durante a noite de ontem, apresentado pelo novo relator, o deputado Valmor Giavarina (PMDB-PR), que mantém intacta a proposta do presidente José Sarney, incluindo a mudança dos prazos de desincompatibilização e anistia aos militares e civis.

Para não correr o risco de um maior desgaste político por votar contra o substitutivo do relator Flávio Bierrembach, indicado pelo próprio PMDB, o líder Pimenta da Veiga encaminhou um requerimento ao presidente da comissão mista, senador Helvídio Nunes (PDS-PI) — assinado pelos líderes do PFL, PMDB e PDS — pedindo preferência para colocar em votação primeiro o substitutivo de Valmor Giavarina. Criou-se um impasse regimental que acabou obtendo o favorecimento de Helvídio Nunes, que invocando a maioria em plenário, acatou o requerimento das lideranças, sem que tivesse sido vencido por voto o parecer de Bierrembach.

Indignado com o comportamento adotado pelo senador Helvídio Nunes e demais lideranças partidárias — com exceção do PDT — quando se viu derrotado diante da derrubada de seu relatório que nem seria votado, o deputado Flávio Bierrembach abandonou a Mesa antes do início da votação do substitutivo de Valmor Giavarina.

Antes de se levantar disse: "Que tome o meu lugar o novo relator se é que ele existe, pois quero passar a ele uma mala que tenho em meu poder contendo 70 mil cartas, telegramas e aerogramas de pessoas que me escreveram pedindo uma Constituinte autônoma e uma anistia ampla, geral e irrestrita. Foi baseado nestas aspirações que me inspirei para elaborar o meu parecer".

Na verdade, este episódio aconteceu quase no fim de uma reunião que durou oito horas — das 9 às 16 horas — das 9 às 16 horas.

LUIZ MARQUES



Na mala, os pedidos de Constituinte autônoma

Giavarina elimina polêmica

O substitutivo do deputado Valmor Giavarina (PMDB-PR), nos três pontos polêmicos que envolviam a aprovação da emenda ficaram assim:

— A Assembleia Nacional Constituinte a ser instalada em 12 de fevereiro de 1987 será congressional, integrada por deputados e senadores eleitos em 15 de novembro de 1986, sem prejuízo de suas atribuições constitucionais;

— Será concedida a anistia a todos os servidores civis e militares, sendo que a promoção será pelo princípio de antiguidade, na reserva ou aposentadoria, ao posto, cargo ou graduação a que teriam direito se estivessem em serviço. O substitutivo não prevê, porém, o pagamento dos salários atrasados e a reintegração ficará a cargo da decisão da administração pública, que de acordo com sua iniciativa e critério, poderá readmitir ou reverter ao serviço ativo o servidor público anistiado;

— Quanto ao prazo de desincompatibilização ficou estabelecido que governadores e prefeitos deverão entregar os cargos seis meses antes das eleições; ministro de Estado, secretários de Estado, dirigentes de empresas estatais sem mandato, nove meses e com mandato, seis meses.

Aluízio garante a anistia

São Paulo — O ministro Aluízio Alves, da Administração, garantiu ontem, no Palácio dos Bandeirantes, que todos os cassados, civis ou militares, terão seus direitos plenamente restabelecidos não importando quanto isso venha a custar à Nação.

O ministro frisou que o Governo reconhece o direito dos cidadãos que sofreram punições injustas. Aluízio Alves acha que nenhum valor monetário deve ser levado em conta quando se trata de respeitar princípios da Justiça.

O empresário catarinense Samuel Schubert, que preside a Confederação Nacional dos Diretores Lojistas, disse ontem que o parecer do deputado Flávio Bierrembach, pregando a consulta à sociedade sobre a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte independente e soberana, tendo como tarefa única a aprovação de uma nova Carta Magna, demonstra apenas o que a sociedade brasileira deseja realmente: uma constituinte soberana, e que se extinga ao final dos trabalhos.



O novo relator, Valmor Giavarina, recebe instruções do líder do PMDB, deputado Pimenta da Veiga

OAB denunciará parlamentares

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) inicia hoje uma campanha nacional para denúncia do comportamento dos parlamentares que, na opinião do presidente da entidade, Hermann Assis Baeta, "manobram vergonhosamente a sessão plenária de ontem, para derrubar o substitutivo do deputado Flávio Bierrembach à emenda do Executivo convocando a Assembleia Nacional Constituinte, e destituiu-o do cargo de relator da comissão mista encarregada dos trabalhos".

Hermann Assis Baeta e os presidentes das seccionais da OAB de quase todos os Estados saíram indignados do Congresso ontem à tarde, pois esperavam que o substitutivo de Flávio Bierrembach fosse aprovado, por considerá-lo uma solução "democrática" à emenda Sarney. O mais importante do substitutivo, segundo os advogados, previa que ele previa a realização de um plebiscito para que o povo definisse se quer uma Assembleia Nacional Constituinte exclusiva ou congressional.

"Sai do Congresso achando que há muito tempo não assisto a ato tão degradante quanto aquele", disse o presidente da OAB. "Sob a omissão do presidente da comissão mista (senador Helvídio Nunes), até o regimento da Casa foi esboçado".

Na sua opinião, o mais "degradante do espetáculo de ontem foi assistir ao PMDB, partido que foi às ruas lutar pelas diretas, agir agia o PDS quando estava no poder, e de forma ainda mais vergonhosa: dissimulando suas reais intenções". Para Hermann Baeta, o Congresso mostrou mais uma vez que não é uma instituição confiável, com os parlamentares defendendo não os interesses do povo, mas os seus próprios interesses, "com o fim exclusivo de se manterem no poder com o se estivessem cadeira cativa no Congresso Nacional".

A partir de hoje, todas as seccionais da OAB usarão de todos os recursos para divulgar publicamente os nomes dos parlamentares que manipularam a sessão de ontem e lutarão para que a emenda Sarney seja rejeitada na próxima semana. Se isso não ocorrer, "a Constituinte será impopular e ilegítima, e iremos contestá-la até o fim", anunciou Hermann Baeta.

Dom Evaristo lamenta decisão

São Paulo — O Cardeal arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns lamentou ontem que a maioria dos partidos e parlamentares tenham rejeitado a proposta do relator da comissão da Constituinte, deputado Flávio Bierrembach, de realizar em março um plebiscito para definir se ela deve ser exclusiva ou não. O cardeal advertiu que se os políticos agirem em nome próprio e não do povo, correm o risco "e não se reelegerem".

— O povo precisa de ocasião para se manifestar a respeito da Constituinte e, impedindo isso, os deputados estarão agindo em nome próprio. Isso val ter consequência. O povo descontente não vai reelegê-los. Essa é a consequência mais triste para um político.

Dom Paulo garantiu que a Igreja vai trabalhar para que a Constituinte seja "a mais livre possível" e defendeu-a desvinculada do Congresso.

Proposta de Ulysses é derrotada

O deputado Ulysses Guimarães, presidente do PMDB e da Câmara, foi um dos primeiros a chegar ontem na reunião da comissão mista que iria derrubar o substitutivo do relator Flávio Bierrembach, para aprovar o parecer que continha os pontos de interesse do Governo, simpáticos também aos líderes do PFL e do PDS.

Ele foi também um dos primeiros a se inscrever para falar, já que lá havia comparecido com o único objetivo de protestar pela não inclusão, no novo substitutivo, da sua idéia da criação da comissão de legislação ordinária, para funcionar durante a Assembleia Nacional Constituinte.

Sem considerar sua idéia derrotada, Ulysses Guimarães deixou claro em seu discurso que o Congresso Nacional pode delegar po-

deres legislativos ordinários a quem achar necessário mesmo antes da Assembleia Nacional Constituinte. De acordo com o presidente Ulysses Guimarães esta é uma prática corriqueira em qualquer parlamento, a fim de agilizar os trabalhos legislativos.

— Desejo esclarecer que não há razão nenhuma para se considerar que este seja um assunto novo, pois está no texto constitucional, no Artigo 46, onde a Constituição admite que, em face das circunstâncias, o Congresso Nacional pode dar delegação a um colegiado simplificado para agilizar os trabalhos.

Na sua opinião, com o acúmulo de trabalho gerado pelo funcionamento simultâneo de quatro poderes (Câmara, Senado, Congresso e Assembleia Nacional Constituinte) haveria uma disputa e superposi-

ção de tarefas. "Hoje já me assalta o espírito a inquietude de problemas da Câmara e do PMDB. Não tenho mais tempo nem de ir à biblioteca para fazer consultas", confessou Ulysses Guimarães, acrescentando que "se minha idéia não presta, que façam outra".

Fez então um comentário jocoso e uma alusão de mau gosto às mulheres. "Façamos como as mulheres: quer dar, então dá logo de uma vez", disse com cara de riso. Foi imediatamente censurado pelo deputado Newton Alves (PDT-RJ), pedindo que este seu comentário de gosto duvidoso não fosse inscrito na taquígrafia. Melo constrangido, Ulysses Guimarães tentou ainda justificar alegando que já havia feito tal comentário entre mulheres, tendo elas, inclusive, achado "graça".



Ulysses celebra a vitória com os líderes do PDS, Prisco e Andrada

Juruna defende o substitutivo

Em meio aos acalorados debates, o deputado Mário Juruna (PDT-RJ) deu ontem o tom pitoresco ao protestar contra a violenta rejeição do parecer do deputado Flávio Bierrembach, para que fosse aprovado em seu lugar o substitutivo das lideranças.

Com um pouco de confusão — ele referiu-se ao Ministério da Justiça como sendo da Injustiça, por exemplo — mas com um raciocínio correto e contundente, Juruna ressaltou as diferenças que marcam o

discurso do antigo PMDB opositorista e agora que é Governo.

— Estou triste e a Nação também. A Câmara e Senado estão fracos e ninguém quer assumir os compromissos firmados com o povo. Quando o PMDB não estava no poder falava e pregava em nome do povo. Agora que é Governo se esqueceu de tudo. Os deputados do PMDB apenas tiraram a roupa velha e vestiram outras novas. Mas as pessoas continuam as mesmas de 64, que estão espa-

lhadas por aí.

Em certo momento os parlamentares começaram a rir muito e conversar alto, atrapalhando o seu pronunciamento. Juruna não se intimidou e disse que aquele lugar não era lugar de moleques e sim de deputados. No final ele disse que nem o presidente da República José Sarney, nem os deputados e senadores tinham autoridade para discutir a Constituinte (instituinte, como dizia), já que "todo mundo tem o rabo preso".

"Parecer é medíocre e covarde"

LUIZ MARQUES



Flávio Bierrembach

menta da Veiga, afirmou que foi vencida a primeira etapa em momento histórico — a convocação da Assembleia Nacional Constituinte foi resgatada. Era a mais importante bandeira do PMDB na Nova República e já um anelo unânime da Nação.

— Esperamos que a aprovação do substitutivo em plenário na próxima semana seja pacífica. A votação por maioria na comissão autoriza essa expectativa. O parecer do deputado Valmor Giavarina tem

inteira passagem entre todos os partidos, entre todas as correntes.

O deputado João Agripino (PMDB-PB) disse que o substitutivo ontem aprovado "não é o ideal, mas sim produto de uma negociação entre os diversos partidos para que se tenha assegurado o quorum de dois terços indispensável à sua aprovação na Câmara e no Senado".

O líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli (RS) afirmou que prevaleceu, finalmente, a democracia, uma vez que se respeitou a vontade da maioria". Acrescentou que as lideranças foram envolvidas por uma série de negociações com o objetivo de compor a fim de dar cumprimento a um dos grandes compromissos da Aliança Democrática.

O deputado Prisco Viana, líder do PDS na Câmara, afirmou que o substitutivo aprovado "ajusta-se às peculiaridades e até típicas da Assembleia Nacional Constituinte".

— O PDS — disse Prisco — apoiou o substitutivo do Governo nas suas linhas fundamentais, mas se reserva o direito de pedir destaques para promover a autonomia da Constituinte. Nas atuais circunstâncias, foi o melhor que se podia fazer.